

Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos onze de junho de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abrucez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Luiz Carlos de Campos para proferir o seguinte texto: Livro da Sabedoria – Capítulo 7, versículos 22 a 30. “Na sabedoria há um espírito inteligente, santo, único, múltiplo, sutil, móvel, penetrante, imaculado, lúcido, invulnerável, amigo do bem, agudo, livre, benéfico, amigo dos homens, estável, seguro, sereno, que tudo pode e tudo abrange, que penetra todos os espíritos inteligentes, puros e sutilíssimos. A sabedoria é mais ágil que qualquer movimento, atravessando e penetrando tudo por causa da sua pureza. A sabedoria é exalação do poder de Deus, emanção puríssima da glória do Onipotente e, por isso, nada de contaminado nela se infiltra. Ela é reflexo da luz eterna, espelho nítido da atividade de Deus e imagem da sua bondade. Embora seja única, ela tudo pode. Permanece sempre a mesma, mas renova tudo, e entrando nas almas santas, através das gerações, forma os amigos de Deus e os profetas. De fato, Deus ama somente aqueles que convivem com a sabedoria. Ela é mais bela que o sol e supera todas as constelações de astros. Comparada à luz do dia, ela sai ganhando, pois a luz cede lugar à noite, mas contra a sabedoria o mal não prevalece.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação as Atas da Sessão Ordinária anterior, da Quarta Sessão Extraordinária e da Quinta Sessão Extraordinária, realizadas, respectivamente, em quatro de junho de dois mil e treze, as quais foram aprovadas, uma a uma, por unanimidade de votos pelo Plenário e assinadas pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente:

primeiramente, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Prefeito Municipal, das Indicações dos Senhores Vereadores e outros, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidos: 1. Ofício SEGOV nº 0296/2013, dando resposta ao Requerimento nº 024/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando enviar uma cópia do contrato entre a Prefeitura Municipal de Jaguariúna e a COHAB-Bandeirante, de todo o procedimento alusivo ao projeto de construção das casas populares do Jardim Pinheiros; 2. Ofício SEGOV nº 0320/2013, dando resposta ao Requerimento nº 002/2013 do Sr. Adilson José Abruhez solicitando cópia com dados atualizados, tais como nome, endereço e telefone dos Presidentes das Associações de Bairros do Município; 3. Ofício SEGOV nº 0393/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 135/2013 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando informações sobre desafetação, com a consequente exclusão do uso comum do povo, da nesga de terra remanescente da viela situada na rua São Paulo, entre os nºs 261 e 275, no bairro Dom Bosco, enviando a esta Casa Projeto de lei, facultando a alienação ao proprietário lindeiro interessado; 4. Ofício SEGOV nº 0394/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 137/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações da regulamentação para efetiva implantação da Lei Federal nº 12.740 de 8 de dezembro de 2012, visando pagamento de adicional de periculosidade (30%) aos ocupantes de cargos públicos municipais efetivos; 5. Ofício SEGOV nº 0395/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 138/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre a falta de fiscalização em terrenos particulares abandonados e se há a possibilidade de intensificar a fiscalização nos terrenos baldios de acordo com o Código de Posturas do Município; 6. Ofício SEGOV nº 0396/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 139/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando ao Executivo Municipal e à ASAMAS informações e documentos sobre a motivação da contratação da empresa prestadora de serviços de portaria, incluindo serviços 24hs no Hospital Municipal Walter Ferrari e UPA; 7. Ofício SEGOV nº 0397/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 141/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre o pagamento da carga suplementar aos Professores da Rede Municipal de Ensino e por que há um descontentamento, generalizado desses profissionais, gerando pedidos de demissão, entre outras questões; 8. Ofício SEGOV nº 0398/2013, acusando o

recebimento das Indicações nºs. 315 e 321/2013 do Sr. David Hilário Neto; 316, 317, 318, 319, 320 e 325/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 322/2013 do Sr. Adilson José Abruhez; 323 e 326/2013 do Sr. Gerson Antonio; 324/2013 do Sr. Luiz Carlos de Campos; 327, 328 e 329/2013 do Sr. William de Souza Silva.9. Ofício SEGOV nº 0401/2013, dando resposta ao Requerimento nº 056/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações e listagem com o nome de todas as pessoas que recebem por RPA, sem procedimento licitatório prévio e justificativa para tal recebimento; 10. Ofício SEGOV nº 0403/2013, dando resposta ao Requerimento nº 106/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre quais as políticas públicas existentes para auxiliar os moradores do bairro Cruzeiro do Sul na regulamentação das plantas de suas casas, e caso não exista, se o Executivo pretende criar um projeto específico sobre esta questão; A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Projeto de Decreto Legislativo do Sr. Ângelo Roberto Torres que dispõe sobre a concessão de título de “Cidadão Jaguariunense” ao Sr. Carlos Pollo, depois de lido, foi o mesmo encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a construção da Creche do Jardim Europa (montante gasto, rescisão de contrato com a Construtora; estado da obra, entre outras); 2. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o serviço que a Empresa SISAM – Serviços e Alarmes Monitorados presta aos Parques e Praças da Cidade; há quanto tempo presta tais serviços; em quais locais; valor pago; 3. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Presidente da Câmara que convide o Sr. Prefeito Municipal para comparecer à esta Casa de Leis para dar explicações sobre o processo de sorteio das casas populares do Empreendimento Habitacional Jaguariúna I e II, do Projeto “ Minha Casa Minha Vida”; 4. Do Sr. Gerson Antonio solicitando à CPFL Jaguari a remoção do poste existente na calçada do número 115 da rua Panini, no bairro Vila São José; 5. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o motivo da falta de materiais esportivos nas quadras e parques do Município. 6. Do Sr. Willian de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o teor da reunião realizada no dia 29-05-2013 entre os Vereadores e o Executivo Municipal, entre outras informações; 7. Do Sr. Willian de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações em caráter de urgência, sobre o porquê que ainda não foi cancelado pela Prefeitura o alvará de funcionamento da Pedreira Basalto, entre outras questões; 8. Do Sr. Willian de Souza Silva - Zidane

solicitando ao Executivo Municipal e ao Comandante da Polícia Militar, informações sobre como estão sendo realizados os serviços de ronda escolar por parte da Guarda Municipal, entre outras informações; 9. Do Sr. Willian de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal e ao Comandante da Polícia Militar, informações sobre porquê não acontece a ronda policial nos bairros Santo Antonio de Jardim, Bom Jardim e Floresta. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal tapar os buracos existentes na rua Eny Ponce Vilela Lima, principalmente, em frente ao nº 221B, bairro Cruzeiro do Sul; 2. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal colocação de redutores de velocidade (tachões) em todas as vias públicas que contém faixa de afunilamento do trânsito, e que dão acesso aos balões, nas marginais e avenidas da cidade; 3. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação “Cata Bagulho” nos bairros: Boa Vista e São José; 4. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal construção de banheiros públicos na Praça Mogi Mirim; 5. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal realização de uma operação para revitalizar o asfalto e tapar os buracos nos bairro Vila São José e Boa Vista, em especial nas ruas: Panini, altura do número 115 e Nistarda próximo à creche; 6. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal tapar a depressão existente na esquina da rua Silvia Bueno com a rua Paraíba, no Jardim Dom Bosco; 7. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal criação de um programa municipal de subsídio para a aquisição da casa própria; 8. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xandy solicitando ao Executivo Municipal troca da iluminação pública da Praça Francisco Parisi, no bairro Capotuna; 9. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xandy solicitando ao Executivo Municipal colocação de bancos ou assentos, com cobertura, no espaço existente no Jardim Santa Maria, onde é realizado o exame prático para tirar a Carteira de Habilitação; 10. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xandy solicitando ao Executivo Municipal construção de faixas de estacionamento em 45° nas ruas Uruguai e na rua Praça Santa Cruz, no bairro Santa Cruz; 11. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal construção de duas lombadas, sendo um na rua Mangueira e uma na rua Galo, no bairro Roseira de Cima. 12. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal construção de calçada na extensão da Rua Vigato, no Bairro João Aldo Nassif, próximo da empresa Max Lav; 13. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal limpeza de bueiros, bem como dedetização

dos mesmos, e das calçadas e guias na Praça Dom Bosco; 14. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal construir estacionamento 45º, na Rua Cel. Amâncio Bueno, nas proximidades da Câmara Municipal, no centro; 15. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal pintura de faixas para demarcação de vagas para motos, na Rua Amazonas, em frente ao Hospital Walter Ferrari. Moções: 1. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane de apoio à PEC nº 37 que define a competência exclusiva para a investigação criminal pelas policias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, e o respeito pela Investigação Policial; 2. Do Sr. Fábio Augusto Pina de congratulações e louvor à Secretaria da Cultura de Jaguariúna pela Organização da 40ª Cavalaria Antoniana e à Companhia de Reis Mensageiros da Paz, pela sua brilhante participação, acontecida no dia 9 de junho corrente; 3. Dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo e Rita de Cássia Siste Bergamasco de pesar pelo passamento do Sr. Sebastião Dias ocorrido no dia 06 de junho corrente, aos 89 anos de idade, nesta cidade; 4. Dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo e Rita de Cássia Siste Bergamasco de pesar pelo passamento do Sr. José Acácio Correia ocorrido no dia 06 de junho corrente, aos 74 anos de idade, nesta cidade; 5. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de congratulações e Louvor ao Núcleo de Correspondência “Trincheiras Paulistas de 32 de Jaguariúna” pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo e por elevar o nome de nossa cidade; 6. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane de congratulações e Louvor aos organizadores do evento “Ação Comemorativa ao Dia do Trabalhador”, realizado em 25 de maio p.p., no Bairro Florianópolis. A seguir foi lida a ementa do Ofício PRE nº 478/2013 do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, dando resposta ao Requerimento nº 140/2013 do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à Mesa Diretora da Câmara Municipal informações sobre o porquê que não foram apresentadas as contas públicas municipais referentes aos anos 2009, 2010, 2011 e 2012 e qual a data em que as mesmas deram entrada nesta Casa. Em seguida, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 007305/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 7.470,00; 2. Comunicado nº 007306/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.200,00; 3. Comunicado nº 001765/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 74.977,08; 4. Comunicado nº 001766/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 100.000,00; 5. Comunicado nº 014274/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao

Município no valor de R\$ 75.735,00; 6. Comunicado nº 017684/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 224.011,61; 7. Ofício ARF/AMPARO(DRF/JUNDIAÍ) nº 070/2013 do Agente ARF/AMPARO dando resposta ao Requerimento nº 130/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando ao Executivo Municipal e ao Ministério da Fazenda informações sobre recolhimento do ISS e outros tributos no evento Brahma Country Festival, entre outras questões; 8. Ofício nº 26BPMI-330/06/13 do Tenente Coronel PM Comandante do Vigésimo Sexto Batalhão de Polícia Militar do Interior, dando resposta ao Requerimento nº 126/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando aos Senhores: Sub-comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo-Cel. PM Leônidas Pantaleão de Santana; Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo-Cel. PM Benedito Roberto Meir; Comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar do Interior-Ten.Cel. Enilson de Andrade Melo; Coronel da Polícia Militar -CPI 2-Cel.PM Carlos de Carvalho Júnior, solicitando informações sobre a condição que se encontram os Policiais Militares: Sd PM; Luis Henrique Cândido RE 9760245; Sd PM; Eduardo Conceição RE 1203746; Sd PM; Leandro Henrique Cândido RE 1231553; Sd PM; Ricardo Pereira Salgueiro RE 1091107 e Sd PM; Antonio de Oliveira Júnior RE 1238698; 9. Ofício 03354/2013-SUGTD/GECAR/DR/SPI do Gerente Operacional de Cartas/DR/SPI dos Correios dando resposta ao Requerimento nº 084/2013 do Sr. David Hilário Neto qual o motivo do Correio não entregar correspondências na rua Laura Fracheta Poltronieri, no bairro Nova Jaguariúna III; 10. Ofício nº 080/2013/SAPAC/DRF-CPS-dgs do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil dando resposta ao Requerimento nº 130/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando ao Executivo Municipal e ao Ministério da Fazenda informações sobre recolhimento do ISS e outros tributos no evento Brahma Country Festival, entre outras questões; 11. Processo nº 001/2013 do Departamento de Finanças e Contabilidade desta Câmara Municipal que dispõe sobre o Balancete Mensal Relativo às Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de janeiro/2013; 12. Processo nº 002/2013 do Departamento de Finanças e Contabilidade desta Câmara Municipal que dispõe sobre o Balancete Mensal Relativo às Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de janeiro/2013; 13. Processo nº 003/2013 do Departamento de Finanças e Contabilidade desta Câmara Municipal que dispõe sobre o Balancete Mensal Relativo às Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de fevereiro/2013, e publicação do 2º Bimestre/2013; 14. Processo nº

004/2013 do Departamento de Finanças e Contabilidade desta Câmara Municipal que dispõe sobre o Balancete Mensal Relativo às Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de fevereiro/2013; 15. Processo nº 005/2013 do Departamento de Finanças e Contabilidade desta Câmara Municipal que dispõe sobre o Balancete Mensal Relativo às Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de março/2013; 16. Processo nº 006/2013 do Departamento de Finanças e Contabilidade desta Câmara Municipal que dispõe sobre o Balancete Mensal Relativo às Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de março/2013; 17. Processo nº 007/2013 do Departamento de Finanças e Contabilidade desta Câmara Municipal que dispõe sobre o Balancete Mensal Relativo às Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de abril/2013; 18. Processo nº 008/2013 do Departamento de Finanças e Contabilidade desta Câmara Municipal que dispõe sobre o Balancete Mensal Relativo às Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao mês de abril/2013. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Proposituras abaixo relacionadas, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: Primeiramente, o Sr. Luiz Carlos de Campos apresentou requerimento verbal de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91, para que a Moção do Sr. William de Souza Silva - Zidane de apoio à PEC nº 37 que define a competência exclusiva para a investigação criminal pelas policias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, e o respeito pela Investigação Policial, fosse encaminhada para discussão na Ordem do Dia daquela sessão, e que estava conversando com o Colega, e que ele estava na dúvida se era essa Proposta de Emenda Constitucional que impedia o Ministério Público de realizar investigação, também, e que era só para eles terem mais subsídios que ele pedia o encaminhamento para a Ordem do Dia. Em discussão e votação o requerimento do Sr. Luiz Carlos de Campos foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos, e a Moção do Sr. William de Souza Silva - Zidane de apoio à PEC nº 37 que define a competência exclusiva para a investigação criminal pelas policias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, e o respeito pela Investigação Policial, encaminhada para a Ordem do Dia daquela sessão; a seguir o Sr. Alfredo Chiavegato Neto apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das demais proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam,

visto o acúmulo de proposituras e tempo do Expediente se esgotando; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposituras, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a construção da Creche do Jardim Europa (montante gasto, rescisão de contrato com a Construtora; estado da obra, entre outras), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o serviço que a Empresa SISAM – Serviços e Alarmes Monitorados presta aos Parques e Praças da Cidade; há quanto tempo presta tais serviços; em quais locais; valor pago, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Presidente da Câmara que convide o Sr. Prefeito Municipal para comparecer à esta Casa de Leis para dar explicações sobre o processo de sorteio das casas populares do Empreendimento Habitacional Jaguariúna I e II, do Projeto “Minha Casa Minha Vida”, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Gerson Antonio solicitando à CPFL Jaguari a remoção do poste existente na calçada do número 115 da rua Panini, no bairro Vila São José, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o motivo da falta de materiais esportivos nas quadras e parques do Município, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Willian de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o teor da reunião realizada no dia 29-05-2013 entre os Vereadores e o Executivo Municipal, entre outras informações, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. Willian de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações em caráter de urgência, sobre o porquê que ainda não foi cancelado pela Prefeitura o alvará de funcionamento da Pedreira Basalto, entre outras questões, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. Willian de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal e ao Comandante da Polícia Militar, informações sobre como estão sendo realizados os serviços de ronda escolar por parte da Guarda Municipal, entre outras informações, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9.

Requerimento do Sr. Willian de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal e ao Comandante da Polícia Militar, informações sobre porquê não acontece a ronda policial nos bairros Santo Antonio de Jardim, Bom Jardim e Floresta, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Moção do Sr. Fábio Augusto Pina de congratulações e louvor à Secretaria da Cultura de Jaguariúna pela Organização da 40ª Cavalaria Antoniana e à Companhia de Reis Mensageiros da Paz, pela sua brilhante participação, acontecida no dia 9 de junho corrente, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo e Rita de Cássia Siste Bergamasco de pesar pelo passamento do Sr. Sebastião Dias ocorrido no dia 06 de junho corrente, aos 89 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 12. Moção dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo e Rita de Cássia Siste Bergamasco de pesar pelo passamento do Sr. José Acácio Correia ocorrido no dia 06 de junho corrente, aos 74 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 13. Moção do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de congratulações e Louvor ao Núcleo de Correspondência “Trincheiras Paulistas de 32 de Jaguariúna” pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo e por elevar o nome de nossa cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 14. Moção do Sr. William de Souza Silva - Zidane de congratulações e Louvor aos organizadores do evento “Ação Comemorativa ao Dia Do Trabalhador”, realizado em 25 de maio p.p., no Bairro Florianópolis, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por dez minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, em especial aos presentes na Assembleia, e os agradeceu mais uma vez a todos por encherem esta Casa Legislativa; a seguir, agradeceu aos nobres Vereadores pela aprovação de algumas proposições, e também, aproveitava o momento, sabendo que teria a discussão, e disse ao Bozó de deixar bem claro ao Vereador, até disponível para vários Vereadores desde a colocação, e que aquela Emenda de apoio tratava até do relator especial, era um Deputado Federal de do Partido do Vereador, Arnaldo Faria de Sá, e que isso não tinha nada a ver com o Ministério Público até porque o Ministério Público estava fazendo nas suas apresentações e sua defesa e argumentações, e iria até ser objeto de outra legislação que ele também defendia, que ele tinha o poder de investigação, e também o fazia em conjunto com a própria polícia, e que na própria Moção falava que a PEC 37 não

impedia o trabalho integrado entre os órgãos de controle e fiscalização, o Ministério Público, o Poder Judiciário, estava bem explicado ali, e que a Moção era apenas de apoio e respeito à investigação policial, há muitos anos realizada pelas Polícias Federais e Polícias Cíveis, no âmbito dos inquéritos policiais, crimes de improbidade administrativa, lavagem de dinheiro, federais, estaduais, enfim, era só enaltecer esse trabalho importante que era feito pelas Polícias Federais e Cíveis, e que era somente em respeito e apoio à investigação policial, qualquer tratativa relacionada ao Ministério Público fugia da ideia dessa moção, e estava muito bem explicada ali, inclusive citando uns delegados importantes que tinham uma história com o Município de Jaguariúna, o Delegado Licurgo, o Delegado Marcelo Grandinetti, o titular do Município, então, e que era enaltecendo esse trabalho; a seguir, agradeceu a presença do pessoal do Florianópolis e que teve lá um evento bacana, bonito, social, enaltecendo o combate ao uso de entorpecentes; agradeceu ao público presente, agradeceu ao Marquinho, ali presente, pessoa que tinha sido importante na campanha eleitoral do atual Prefeito, e que representava o Deputado Estadual Edemir Chedid, mandou um abraço ao Deputado, e que estava numa importante destinação de recurso de ampliação de uma via importante do Município; agradeceu ao seguimento da sessão, e agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos, dizendo que usava, naquele dia, a Tribuna para relatar um fato triste de um assunto sério, e que o assunto sério foi o projeto em que eles estavam eliminando a Zona ZEEM e transformando em Zona predominante residencial, feita pela Comissão de Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo, que era presidida por ele, pelo Rodrigo e pelo Romilson, que faziam parte daquela Comissão, e que a Comissão fez um estudo, um trabalho, elaborou mapas, consultou todo o Poder Jurídico, e pleiteou direitinho e encaminhou, regimentalmente, convocaram duas audiências públicas para que não se tivesse a menor dúvida, conduziram essas audiências públicas com maior serenidade, dando a liberdade a todos que fossem a favor ou contrários, se expusessem, dessem a sua opinião, e dentro do Regimento eles a encerraram com tranquilidade, sem debates, sem maiores problemas; disse que o que surpreendia a todos eles, aqueles que tinham estado na Casa, onde ficou claro que esta Comissão fez a obrigação dela de ouvir todas as partes, mas esta Comissão não disse, em momento algum, que faria alterações no projeto, que mudaria o espírito do projeto, que era trazer, resgatar aquela área para a população de Jaguariúna e também para os seus moradores, proprietários que foram usurpados dos direitos, praticamente, de propriedade, onde houve uma

tentativa de desvalorização dos seus imóveis em prol de uma única empresa que influenciou um Governo fraco, influenciou uma Câmara péssima que estava aqui, a qual o povo mandou para casa, essas pessoas já foram dormir mais cedo, já foram curtir suas vidas em outro lugar, sem ficar ali prejudicando a população de Jaguariúna; disse que, em momento algum, eles declararam, fizeram qualquer declaração, a Comissão, nenhum Vereador esboçou qualquer problema de apresentar alguma emenda, alguma coisa, e o que o Jornal, se assim pudesse dizer “jornal”, “Gazeta Regional” punha na chamada de primeira página “Projeto que revoga a Zona ZEEM pode ser alterado”; disse que na página três, tinha outra chamada: “Comissão conclui audiência e projeto que revoga a Zona ZEEM, deve ser alterado antes de ir para a votação”. Disse de deixar bem claro, o seguinte, que ele não sabia se a repórter ou o repórter, ou a empresa jornalística, estava presente ali, e se estava, infelizmente, não entendeu nada daquilo que tinha passado naquelas duas horas de explanação, de respeito à Democracia, de respeito àqueles que vieram, que usaram a Tribuna, tiveram a liberdade de falar o que bem entenderam, vieram fazer o seu lobby na Casa, professores renomados, que enfiaram seu diploma no bolso e vieram fazer lobby na Casa, e eles os respeitaram, porque era um direito legal, constitucional, e assim, o Regimento da Casa, a Lei Orgânica pedia que se fizesse a audiência, que se respeitasse as pessoas que estiveram na Casa; disse que aquele jornal, talvez, tivesse entendido que a boa educação, a elegância parlamentar fosse fraqueza, e que não era fraqueza, não, eles estavam convictos, a Comissão, e que tinha certeza que a Câmara e todos os Vereadores estavam convictos que o projeto era bom, que o projeto era fundamental para Jaguariúna para resgatar um processo que foi lançado quando a Câmara estava em recesso, entrando em regime de urgência, onde a truculência foi grande, a presidência da Casa foi terrível, omissa, aqueles Vereadores que formava aquela maioria de uma ditadura, uma maioria que era uma ditadura, ouviram calados o clamor da população, não fizeram esboço nenhum, e votaram aquela aberração; disse que estavam ali convictos, certos, seguros, que aquele projeto não mudava um milímetro, não mudava em nada, e que essa era a posição da Comissão e acreditava que era a posição dos Vereadores porque não tinha ouvido nenhuma contestação, só ouviu elogios deles, e que deixava ali, todos claros, e que a imprensa, naquele momento, fosse bem informada, que passasse essa informação; disse que ficou muito triste, aborrecido, passou um fim de semana triste, e que não podia se manifestar, que o Jornal era semanal, e que ficou muito triste; disse de encerrar isso passando para o Presidente um requerimento em que todos os Vereadores da Casa, disse ao Sr. Presidente,

pediam para que ele pusesse em votação na próxima semana, dia dezoito, em primeira votação esse projeto, porque depois eles tinham o Recesso Parlamentar, e que não queriam fazer como eles fizeram, usando o Recesso Parlamentar, e que queriam que tudo fosse tranquilo, legal e muito bom; disse que votando a primeira, a população ficava sossegada, conhecia a direção que esta Câmara estava tomando, a posição que a Câmara estava tomando, e que também tinham um recesso e podia trabalhar com mais tranquilidade; agradeceu a todos; (houve manifestações na assembleia com aplausos); a seguir, tomaria a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que a passou; tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, em especial aos munícipes que vinham acompanhá-los, que vinham visitá-los, ao nobre Colega Adilson que das palavras dele fazia as suas ali, também, na questão do jornal, e que sabia que o Vereador até se emocionava porque quando se via a notícia não podia fazer nada, não podia se defender; disse que tinha ali a Comissão de Transporte, também, onde ele era Presidente, o Gerson do Gás, Vice-Presidente, e que o Vereador estava presente, também, onde foi mandado para o jornal, a reunião deles, a pauta, tudo, e foi publicado tudo errado, e que ficava até assim, poderia dizer, bastante chateado, indignado com isso, porque onde se esperava notícia, a população procurava de ver o jornal, e saíam essas notícias, aí, distorcidas, e aí, realmente, era complicado; parabenizou ao nobre Colega Fábio Pina, pela moção de congratulações à quadragésima Cavalaria Antoniana, e fez uma ressalva na questão da mudança, e que achava que faltou um pouco foi a comunicação e a divulgação, com faixas ou cartazes, nas proximidades do Centro Cultural, informando aos munícipes, e o pessoal que vinha acompanhar a Cavalaria, e que a Cavalaria não passou pelo Centro Cultural, e muitos cavaleiros e o pessoal que vinham de fora, quando passou a Igreja descia para o Centro Cultural; disse que iam falar com o Fernandinho Português, Secretário, que na próxima Cavalaria, acreditava que essa parte de passar direto para o Parque Santa Maria foi muito bacana, e que ele tinha ficado ali na Praça Matriz e pôde observar que os munícipes que estiveram ali presenciando a passagem da Cavalaria Antoniana, parabenizando, agradecendo pela Cavalaria estar ali, o palco principal, onde o Padre Milton deu a bênção a todos os cavaleiros, distribuindo os pãezinhos, e que foi muito bacana, e que no próximo ano pudesse ser feita, igual muitas cidades faziam, que fazia um corredor de isolamento, após a passagem do palco principal, que já levava onde era o final da Cavalaria; disse que a Cavalaria também tinha inovado, naquele ano, com a apresentação dos artistas a partir das três da tarde, no Palco Santa Maria, muitas pessoas presenciaram o show e agradecendo a valorização dos

artistas da Cidade e convidados que estiveram lá; agradeceu mais uma vez ao Secretário de Cultura, ao Prefeito, e parabenizou por mais essa Cavalaria; agradeceu a todos, desejando boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, solicitando à Rô que colocasse o quadro no telão, e iniciou sua fala dizendo ao Vereador Adilson que poderia contar com o apoio deles, concordava, plenamente que deveria ser votado o mais rápido possível, para que a população pudesse ver que esta Câmara tinha respeito por cada um e que estava fazendo um trabalho digno, honesto, e mostrando os dois lados da situação; a seguir, disse que sua palavra, naquele dia, era clara, e que ele estava na tribuna para fazer uma denúncia sobre um desvio de verba muito grande, em dois mil e nove, na EMEI Castelinho Encantado, e que para que eles pudessem entender, colocaria um quadro rápido, explicativo, pediu para passá-lo, por favor; disse que a EMEI Castelinho Encantado se encontrava no bairro do Nassif, era uma escola que tinha sido fundada há muitos anos, na década de noventa, e que no primeiro quadro, embora não desse para enxergarem, mas ele era o extrato da nota de empenho do pregão presencial vinte e três de dois mil e nove, e que o extrato estava correto, e que a empresa Logic Comércio ganhou uma licitação de oito milhões e meio, e começou suas obras pela cidade, e desses oito milhões e meio, foi realizado dois milhões e meio desse dinheiro, o resto não foi utilizado, entre eles da EMEI Castelinho Encantado, que foi uma reforma no valor de oitenta e oito mil reais, seiscentos e vinte e sete; pediu outro quadro: disse que aquele quadro eram as condições atuais de instalação do edifício e adequação da instalação; disse que aquele quadro era claro: “será substituído muro de morões por muro de alvenaria de bloco de concreto; colocação de trezentos e trinta metros quadrados; execução de escada externa de acesso ao pavimento superior, e troca do bebedouro existente; alvenaria: muro de bloco aparente, com execução de brocas, baldrame e estruturas; escada externa em concreto, conforme projeto apresentado; bebedouro coletivo, seguindo o padrão da Prefeitura; piso: colocação de piso cerâmico sobre concreto existente, com regularização onde houver necessidade; demolições: as demolições e retirada do entulho ficarão a cargo da Prefeitura.” Disse que aquele papel era assinado pelo Secretário do Município de Planejamento Urbano, de dois mil e nove, Sr. José Francisco Bernardes Veiga; pediu para passar, dizendo que o próximo quadro era o quadro de orçamentos da obra do “Castelinho Encantado” e que ele mostrava quanto iria ser gasto em cada coisa e o que iria ser realizado, e tudo o que foi citado no documento anterior, era o que estava escrito naquele quadro, planilhado, assinado pelo Secretário; disse que ali era a ordem de

pagamento, e queria que ficasse claro que o dinheiro era o dinheiro do FUNDEB, oitenta e oito mil reais do FUNDEB, que foi destinado àquela obra; disse que estava autorizado e novamente assinado; a seguir mostrou a Ordem de Serviço, que foi assinada, novamente, pelo Veiga, falando: “readequação e instalação do prédio da EMEI Castelinho Encantado, conforme memorial descritivo da planilha de orçamento anexa”, que era a planilha anterior; no próximo quadro mostrava a primeira medição parcial que foi paga trinta e quatro mil reais, cento e trinta e seis e trinta e sete centavos, dizendo que tudo foi realizado, na primeira etapa; passando o quadro, falou da segunda etapa, que era a mesma situação, só que o contrato tinha vencido em março de dois mil e dez, e essa nota veio no mês cinco, e que tinha sido depois do prazo de ser realizado tal obra; disse que o Secretário Veiga colocou: “Recebi, conferi e atesto a exatidão das mercadorias e serviços adquiridos. Autorizo o pagamento.” Disse que para que todos pudessem entender, o Secretário estava assinando, dizendo que essa obra foi realizada, que essa obra existiu, que essa obra teve todas as medições corretas, primeira e segunda medição, foi pago, aproximadamente, oitenta e oito mil reais, com dinheiro do FUNDEB, e pediu para que passasse no quadro, a realidade, a EMEI Castelinho Encantado naquele dia, onze de junho de dois mil e treze, e mostrando foto da escada, disse que a mesma foi construída em mil novecentos e noventa e dois, e permanecia a mesma; mostrou o alambrado, dizendo que a escola não tinha muro, nunca teve muro e a vizinhança comprovou, inclusive, os diretores de escola, e que o Secretário de Educação, o Zé Roberto, presente, que era Secretário na época, que construiu a escada, que construiu a creche, que até aquele dia continuava no mesmo estado; no outro quadro mostrava o piso que estava faltando até aquele dia, piso colocado em mil novecentos e noventa e dois, nada realizado; a seguir, comentou que como dizia a “nossa” Secretária anterior: “dinheiro do FUNDEB, dinheiro da Educação, é dinheiro sagrado”, então, condenaram, condenaram, uma verba que tinha sido aplicado na Educação, mas a nota não tinha sido carimbada como FUNDEB, fizeram um reboição quatro anos, e perguntou quem tinha credibilidade de falar qualquer coisa, e fazia isso com o dinheiro do povo no primeiro ano de mandato, levando oitenta e oito mil reais? Disse que essa era a primeira obra, que foi de dois milhões e meio que aquela Empresa levou, e que estavam caminhando passo a passo, analisando escola por escola, e que na semana que viria estaria com um nova escola, que era a Escola da Nova Jaguariúna, que dizia-se que foi construída uma caixa d’água de quinze mil litros e não existia caixa d’água nenhuma; perguntou onde estava o Secretário de Educação, onde estava o

Prefeito, onde estava o Secretário de Planejamento que assinou tudo isso? Perguntou onde estava o respeito com a população da Cidade? Disse que fazer bonito era fazer obra, realizar, e o que adiantava aplicar tudo certo no FUNDEB, se o dinheiro estava no bolso de sabia-se lá de quem? Onde estava esse dinheiro? Disse que esse dinheiro todo, que poderia estar comprando um ambulância a mais, chegaram quatro na Cidade, poderia ter chegado a quinta, que a Cidade estava precisando; disse que poderia ter realizado uma creche nova, por que foram oitenta e oito mil ali, e iria saber o que estava por trás, e iriam investigar passo a passo, e que isso foi só em dois mil e nove, e que tinha mais de cinquenta processos; disse que tinham Mandatos de Seguranças absurdos, semanalmente, porque não foi construída uma creche em quatro anos, e oitenta e oito mil reais no bolso de quem, perguntou; disse aos nobres Pares que ele queria protocolar tal denúncia, que fosse anexada às contas de dois mil e nove para ser analisada, porque isso era roubo, sumiu dinheiro do povo, e esse dinheiro tinha que ser devolvido aos cofres públicos, e que o Prefeito que pudesse se inteirar, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas que pudesse estudar esse caso, e que estavam ali todos os documentos originais e protocolados, e que tinha feito esse pedido no começo do ano, e que estavam estudando há quatro meses; disse que o Professor José Roberto tinha ajudado nas pesquisas, que já conhecia a Educação e pôde orientá-lo muito bem; o Jurídico da Casa que ajudou com tanto trabalho, e disse que era uma vergonha, e que isso era um detalhezinho mínimo que estava provado, fora tudo o que estava por trás; disse que poderia dizer, com certeza, que esta Casa não estava parada, estavam estudando passo a passo, detalhe a detalhe, e que não iria ficar assim, não, iriam ter que devolver centavo por centavo que tinham levado do povo, poderia ter certeza; disse ao Sr. Presidente que estava ali o processo, e que eram mais de cem anexos, todos os documentos originais que comprovavam, realmente, o roubo, e convidou à população, dizendo que a EMEI ficava atrás do Parque Serra Dourada, quem quisesse visitar, conhecer, para comprovar que ele não estava falando nenhuma mentira, trazia fotos daquele dia, que não existia nada daquilo que foi pago, e que as notas estavam ali, nota a nota, pago, “recebi, conferi, atesto a exatidão das mercadorias”, e que era uma vergonha, exclamou; disse que a princípio era isso, agradeceu ao Vereador Fábio, ao Vereador Gustavo e ao Zidane que assinaram junto, que estavam apoiando, viram o processo inteiro, e que era um trabalho que estavam fazendo de formiga, iria fazer seis meses de Governo, e iriam conseguir provar, centavo por centavo que foi tomado do Município, e que não foi pouco, podiam ter certeza; desejou boa noite a todos, e agradeceu a atenção de todos; houve

manifestações da assembleia com aplausos; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que a passou; tomou a palavra o Sr. Gerson Antonio que cumprimentou a todos, agradecendo o voto favorável aos seus requerimentos, em especial o das casas da Estrada do Japonês, porque muitas pessoas que tinham o sonho da casa própria, e não conseguiram ter a sua casa, mas que isso, também, iria falar como o nobre Vereador David tinha feito, o ex Prefeito, também, enganou muita gente, porque tinha oitocentas casas e ele sorteou mil e oitocentos e que era claro que muita gente não iria conseguir pegar essas casas e que, então, além de fazer isso tudo que o nobre Vereador falou, ele também enganava as pessoas, abraçava e parabenizava, dizendo que a pessoa tinha sua casa, e as pessoas acreditaram nisso; disse que aquele requerimento era para o Prefeito atual, sabia que ele não tinha participado desse sorteio, nem nada, mas era para ele vir esclarecer alguma coisa para as pessoas que tivessem alguma dúvida, e a seguir, comentou sobre a indicação que tinha feito sobre “tapa buracos”, e que já tinha feito outra, mas que taparam os buracos da Avenida e as ruas do bairro, na verdade, não taparam o buraco, e que passou na avenida Alexandre Marion e as ruas ali, Panini, Nistarda, enfim, estavam com buracos enormes ao lado da creche do Boa Vista, também, e que estavam lá; disse que como o Vereador David, nobre Colega, também, tinha falado, ele morou de oitenta e três a dois mil na rua Pires, e que a rua Pires dava acesso à Creche, e desde que ele se conhecia por gente, lá sempre teve o alambrado, aquela escada era a mesma, e que poderia ter certeza que, de sua parte, ele era do jeito que tinha dito no primeiro dia da posse, ele era a favor do certo, se errou, tinha que pagar pelo erro, independente de quem fosse, e que não estavam ali para encobrir, para passar a mão na cabeça de ninguém; a respeito da Zona ZEEM, disse ao Adilson, que poderia ter seu apoio, e que votaram e fizeram coisa errada, e que eles estavam ali para lavar essa roupa suja, corrigir um erro e deixar correto, do jeito que as pessoas queriam, que a população estava precisando; disse que poderia ter certeza que teria seu apoio, a denúncia do David, também, porque morou lá e sabia que não tinha muro algum, e perguntou se essa mesma construtora foi a que fez a piscina e estava lá, vazando até hoje, e comunicaram ao Vereador que era outra construtora das piscinas, e o Vereador disse que era um monte de coisa errada, e que iriam estar revendo tudo e fazer o correto, e quem fez o errado que iria pagar pelo seu erro; agradeceu, desejando boa noite a todos; houve manifestações na assembleia, com a aplausos, e o Sr. Presidente solicitou a todos que não houvesse tais manifestações, por favor; a seguir tomariam a palavra os Srs. Luiz Carlos de Campos e Luiz Gustavo Gothardo, que a passaram; tomou a palavra a Sra. Rita

de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, parabenizando ao Sr. Adilson pelo brilhante trabalho que a Comissão fez, em nome dele aos membros da Comissão, e que tinha participado das duas audiências públicas em relação à questão da Zona ZEEM, e, sem dúvida nenhuma, achava que foi um sucesso, e parabenizou ao Adilson, dizendo que sabia que ele, o Magrão e o Romilson fizeram um trabalho muito bacana, e ela acompanhou, e que tinha o seu apoio, e achava que nem deveria eles estarem discutindo, nem deveria ter acontecido, e que tinha o seu apoio, principalmente, para que fosse, inclusive, votado o mais rápido possível; cumprimentou, também, o pessoal com relação à Cavalaria, mas que queria fazer uma observação, porque tinha se assustado quando ela passou de manhã, que ela foi levar sua filha na escola, e que ela olhou pela cidade, ali, a Praça da Comunicação, o Centro Cultural, aquilo parecia um lixão, e repetiu: um lixão, e que não sabia se alguém teve a oportunidade de ver, e que ela nunca tinha visto uma coisa absurda daquela, e que ficava um alerta para o ano que viria, providências com relação a isso, e que achava que a população precisava entender que a cidade era de todos e que não se podia fazer um quintal de lixo, como ficou a cidade, e que deu até pena do pessoal que estava ali limpando que, rapidamente, lógico, no dia seguinte limparam, mas que, infelizmente, ficou aquela coisa horrível, lá; a seguir, disse ao David, que a Comissão de Orçamento, e que ela fazia parte, e que, sem dúvida nenhuma, a Comissão iria se atentar para todos os fatos que viessem à tona, e como se foi feito justiça em outras situações, se deveria fazer nesta, também, o que tivesse certo, estaria certo, o que estivesse errado, errado, e aquilo que ela já tinha falado anteriormente, iriam buscar aquilo que era verdade, e que ficava aí o apoio deles, que fosse, realmente, esclarecido, fato por fato; agradeceu; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo, primeiramente, de falar ao nobre Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo, Sr. Adilson José Abracez, que ele recebia com prazer o requerimento solicitando que fosse votado o mais rápido possível o projeto de lei de autoria dele e da Comissão, para que eles revissem a Zona ZEEM, e que teve a oportunidade, também, de participar das duas audiências públicas, uma não tão ativa, porque ficou fazendo um serviço interno, mas voltou a dizer que o compromisso que ele teve com o Vereador, em outras reuniões, ele disse que até agosto eles votariam aquele projeto, se tivesse condições de colocarem o quanto antes, através do requerimento da totalidade da Câmara, colocaria, assim de forma democrática e de forma que eles dessem a maior lisura e

celeridade ao processo, e que tiveram um processo, voltou a dizer, que não era motivo deles estarem discutindo, novamente, e que sabia da competência dos nobres pares, da opinião de todos com relação a isso, e que tinha certeza de que a população iria sair ganhando; disse, ainda, ao nobre Colega Gerson, sobre o “tapa buraco”, e que teve a oportunidade de cobrar o Secretário de Obras, o Piva, porque ele estava andando, principalmente, na Avenida do Bon Netto, e que só pegavam as avenidas mais movimentadas, enfim, e a situação nelas estava triste, principalmente, na frente do Bon-Netto tinha buraco a cada dez, quinze metros, em virtude às chuvas anteriores, e que tinha ligado para ele, para que ele, realmente, desse uma agilizada na questão, e que o Secretário disse que eles estavam atacando as avenidas, e depois iriam para os bairros, e que a situação, realmente, não estava tão fácil; disse acreditar que eles tinham que levar essas informações ao Secretário o mais rápido possível, para que ele tomasse as providências, e que sabia que eles falando das ruas, eles não passavam em todas elas, mas aquelas informações que iam chegando, iam passando para o Secretário, e sabia que ele estava mandando arrumar; disse que cabia, realmente, à população cobrá-los, e a Secretaria, através do um, cinco, meia, telefonasse, e essas melhorias acontecessem o mais rápido possível, e que não estavam dando conta, e por isso, tinham que, realmente, estar cobrando; a seguir, parabenizou ao nobre Vereador David pela denúncia apresentada, e que teve a oportunidade de conversar com ele, e o que ele sempre falou, era que, realmente, tinham que apurar com responsabilidade, havia o intuito de se fazer uma CPI, e que não seria o momento adequado de se fazer a CPI, e que achava que essa denúncia era como o próprio Vereador Zidane tinha sugerido, deles estarem discutindo as contas e as contas, foi dada a informação que chegaria em breve, na Casa, e que cabia à Comissão colocá-la em discussão, e discutir isso junto à Comissão, que era um processo melhor para poder rever isso, do que abrir uma CPI, enfim, e que sabiam que a CPI, o final dela, também, não era a critério da Câmara a decisão, ia para o Ministério Público, e que cabia ao Ministério Público propor qualquer ação punitiva; disse que achava que, através dessa ação junto às contas municipais era uma forma mais fácil de se chamar as pessoas para que se explicassem, mas o que foi levantado, realmente, ali, e o nobre Vereador tinha falado para ele, e comentando com o Fabinho, que ele estava com aquelas denúncias, disse que não acreditava, e que ele, como Vereador na legislatura passada, voltava a dizer que ele foi engolido, porque se ter uma obra licitada e paga e não feita, e que isso era uma delas, não dava para acreditar, sinceramente, podia, como o próprio David tinha dito, de várias situações de manejo na contabilidade, mas tirar um recurso dos cofres públicos,

dar a uma empresa e ela não fazer o serviço e alguém atestar, conferir, pagar, era impressionante, e aí, realmente, se sabia que houve um mau zelo do dinheiro público, e que era cara de pau, era impressionante, e que poderia até questionar a qualidade da obra, na empresa, porque, infelizmente, hoje, a licitação tinha essa, às vezes não se tinha uma empresa que, realmente, tinha as condições técnicas de executar, infelizmente, ganhava a licitação, e não fazia um bom serviço, mas não executar uma obra era triste, e que se ele deu esse exemplo, foi muito bem explanado ali, e falou de um exemplo da Escola da Nova Jaguariúna que foi adquirido uma caixa d'água de quinze mil litros, e não tinha como não ver a caixa d'água lá, e diziam que não tinha, e que não sabia, e cabia ao nobre par esclarecer posteriormente, mas ficava triste, e iam descobrindo, pouco a pouco, onde foi parar aquele um bilhão de reais, que era referente aos quatro anos de exercício, através dos orçamentos que tinham de duzentos e cinquenta milhões/ano, onde tinha ido parar esse dinheiro; voltou a dizer que o Município naqueles últimos cinco meses, pagaram dezoito milhões de dívidas do Governo anterior, e repetiu: dezoito; disse que nenhum pequeno empreendedor ou comerciante do Município podia falar, hoje, que a Prefeitura de Jaguariúna devia a ele, todo mundo foi pago, estavam, ainda, pendente, os grandes fornecedores, enfim, e contratos a serem renegociados; disse que se pegasse dezoito milhões de reais, em cinco meses e colocasse na cidade e poderiam ver a diferença que fazia, e isso não era só dezoito, dezoito era o que pagou, fora dezoito que poderia ser gasto, eram trinta e seis milhões que o Município ficou nestes últimos cinco meses em obras que poderiam ter acontecido; disse que a situação que, realmente, o município se encontrava, que sabiam, e que ali estava e poderia falar por todos os pares, a consciência e a vontade de tentar propor as melhorias o mais rápido possível, e sabiam que quem era mais penalizada era a população, acontecesse porque eles estavam sabendo da dificuldade financeira que o Município se encontrava, e que ele e os nobres pares sabiam disso, e voltou a dizer que era muito dinheiro que, infelizmente, foi pelo ralo, e muitas obras, e que não conseguiram concluir uma creche em quatro anos, não conseguiram fazer uma escola, enfim, veículos todos sucateados, infelizmente, pegaram uma situação triste, mas cabia a eles terem a responsabilidade e a competência de vir na Casa e esclarecer os fatos e que, realmente, eles estavam caminhando, no intuito de recuperar a saúde fiscal do Município a duras penas, e que sabiam disso, e que era muita, tinha certeza, muita, muita paciência da população, e pedia a todos; agradeceu e desejou boa noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do

Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, seria apreciada a Moção nº 041/2013, do Sr. William de Souza Silva - Zidane de apoio à PEC nº 37 que define a competência exclusiva para a investigação criminal pelas polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, e o respeito pela Investigação Policial, porém o autor apresentou requerimento solicitando o adiamento da referida Moção pelo prazo correspondente ao intervalo entre aquela sessão e a próxima, a ser realizada no dia 18 de junho do corrente ano; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos e a Moção nº 041/2013, do Sr. William de Souza Silva - Zidane de apoio à PEC nº 37 que define a competência exclusiva para a investigação criminal pelas polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, e o respeito pela Investigação Policial, encaminhada para a Ordem do Dia da 15ª Sessão Ordinária, a ser realizada em 18 de junho de 2013. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 019/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VII do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, apresentando Emendas: Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei Nº 019/2013. “O artigo 22, do Projeto de Lei nº 019/2013, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 22. O Executivo poderá contratar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício.” O Sr. Presidente disse que era quinze anteriormente e estavam reduzindo para dez por cento. Em discussão e votação, foi a Emenda aprovada por unanimidade de votos; Emenda Modificativa Nº 02 ao Projeto de Lei Nº 019/2013. “O inciso III, do artigo 23, do Projeto de Lei nº019/2013, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 23. -..... III – realizar remanejamentos, transposições e transferências, até o limite de 20%

(vinte por cento) do orçamento da despesa, desde que os recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias.” Em discussão, o Sr. Presidente tomou a palavra dizendo que o valor anterior era quarenta. Em votação, foi a mesma aprovada por onze votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Fábio Augusto Pina; Emenda Modificativa Nº 03 ao Projeto de Lei Nº 019/2013. “O artigo 24, do Projeto de Lei nº019/2013, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 24. O Poder Legislativo é autorizado a abrir créditos suplementares, remanejamentos, transposições e transferências até o limite de 20% (vinte por cento) de seu orçamento da despesa, desde que os recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias.” Em Discussão, o Sr. Presidente disse que era trinta, anteriormente, e que agora era vinte. Em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, foi apresentada dos Srs. Adilson Abracez, Alexandre Da Silva Santos, Fábio Augusto Pina, Romilson Nascimento Silva, Rita De Cássia S. Bergamasco, Luiz Carlos De Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto e Gerson Antonio, Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 019/2013: “Acrescente-se, após o art. 48 do Projeto de Lei sob o nº 019/2013, o artigo 49 com a seguinte redação, renumerando-se os demais: Art. 49 – Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, a título de contribuição, recursos financeiros à Organização não Governamental “Xodó de Bicho”. Em Discussão e em votação, foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em Discussão o Projeto de Lei nº 019/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências; em discussão pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Presidente que ele gostaria de esclarecer que nas votações das emendas, até nos valores discutidos nas Comissões, e que gostaria de pedir vênias, em respeito ao Sr. Presidente, que ele não tinha um parâmetro de gestão pública para dosar o que seria viável ou não de remanejamento, então, ele tinha escutado o nobre Colega Bozó, nas discussões nas Comissões, tinha saído lá vinte por cento, mas o Vereador explicou que seria trinta por cento, e que só tinha voltado atrás porque o Sr. Presidente colocou que foi discutido porque iria manter a palavra que tinha colocado com o Vereador, também, respeitando o nobre Colega Gerson que foi importante o que ele tinha colocado, e que eles participaram da reunião de Comissões e seria interessante eles manterem o que foi discutido, e que achava que foi esclarecido e que ele só queria colocar, disse ao Vereador Bozó, em

respeito a ele e à nobre Vereadora Rita, também, a questão da discussão daquele projeto de lei; agradeceu pela atenção; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que ressaltou e parabenizou aos nobres Pares pela apresentação das Emendas através da Comissão que, na Audiência Pública, teve a oportunidade de sugerir tais reduções junto com a Comissão de Orçamento, porque já era um objetivo deles, da Câmara anterior, pelo menos da sua parte e do Fabinho, que ele se lembrava que sugeria essas reduções dos valores de transposição do Orçamento; disse que, infelizmente, nunca tiveram êxito nas apresentações das emendas e que ele apresentou e que achava coerente da sua parte, naquela audiência, que eles reduzissem para trinta e como a Comissão, realmente, resolveu diminuir para vinte, o argumento do Vereador e que ele, Alfredo, não participou da reunião, achou justo, e que até estava tentando argumentar com os nobre Pares para tentar manter em trinta, e depois vir reduzindo ano a ano, mas achava que tinha prevalecido a participação deles na Comissão e que, infelizmente, ele não participou, não vinha participando das reuniões das Comissões, todos sabiam disso, e que tentou, de uma certa forma, propor ali, e acreditava que tinha se equivocado, estava voltando atrás e achava que estava certa a decisão da Comissão dos vinte por cento e parabenizou. A seguir, em votação, o Projeto de Lei nº 019/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): Fez uso da palavra o senhor William de Souza Silva que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que ele faria uso da palavra para expor em relação ao requerimento que ele tinha feito falando sobre a pedreira Basalto, porque ele achava que aquela era forma social deles discutirem, uma forma de arrecadação para o Município, foi uma falha administrativa, que ele via gestões que tinham sido muito bem feita, o Prefeito Laercio tinha discutido muito bem, ele tinha conseguido grandes investimentos sobre o momento de negociações com a Pedreira, e tinha lá no ar, dez milhões de valores que o Município tinha deixado de receber daquela pedreira, era uma forma também deles contemplarem um recurso para o Município, então aquela situação ele achava que valia pra todos, para recursos para o Município, e era muito bem demonstrado pelo Município, que o Município daqueles valores, ele acreditava que lá não tinha lobby nenhum e que a Pedreira tinha a sua importância, mas eles também tinham que saber da importância deles, porque as pessoas faziam os questionamentos das atividades

deles, ele, também, via com uma certa ponderação algumas colocações que a população estava meio cansada diante de algumas atitudes negativas que tiveram na Câmara, das gestões passadas, como sempre reforçava o Vereador Adilson, então era natural que a população se manifestasse daquela forma, porque foi dado o motivo para aquela Casa, então quando eles questionavam que haviam certas tratativas, ele também pedia que ele tinha visto naquela última audiência pública e tinha sido apresentado um documento pela pedreira Basalto, modificando a área ZEEM, que eles tivessem publicidade daquela situação, colocando uma forma transparente aquelas documentações que eles tinham apresentado, até dentro do entendimento que tivesse o presidente de colocação, de votação, que fosse o máximo de transparência, naquela questão, que eles eximiriam de qualquer possibilidade, para que as pessoas fossem preservadas e parabenizou o senhor Presidente da Comissão, pelo trabalho que tinha sido apresentado sobre a Zona ZEEM; falou também da Cavalaria, que houve um grande questionamento lá, sobre a retirada do centro, ele achava que era uma falta de respeito com as pessoas, com os cavaleiros, que participavam, questionaram porque não foram ouvidos, então ele achava que naquela situação, ele não queria tirar o mérito da organização que tinha sido muito bem organizada a Cavalaria, mas só que também pessoas ficaram lá no Centro Cultural esperando, então tinha havido aquela falta de comunicação e aquilo afetava a Administração, ele esperava que aquilo não ocorresse mais, e aquele evento cultural do Município permanecesse da melhor forma; parabenizou o Vereador, agradeceu o convite de estar participando daquele levantamento que tinha a sua importância, e que qualquer administrador público só começava a ter medo a partir do punimento, e aquilo fazia parte da aplicação, que era a essência do Direito Penal, a aplicação da penalidade, e ele achava que eles estavam lá, tinham sido eleito para aquilo e eles tinham de dar o efetivo punimento para o mal gestor público, ele esperava que servisse de exemplo para os próximos, para que eles soubessem que se houvesse mau trato do dinheiro público, que fosse punido, ele também pediu lisura naquela análise, que aquilo não fosse utilizado na política, uma situação politqueira, uma situação pessoal, e nem que aquilo fosse dada uma tratativa igual campo de futebol , política de bandeira, porque lá eles não tinham nada pessoal contra ninguém, e que fosse uma forma deles darem a possibilidade do ex-prefeito ir até a Casa, apresentar sua defesa, e o ex Secretário fosse lá dar a sua defesa, e o devido direito à ampla defesa, para todos os interessados e se houve erro que fosse exemplarmente punido, sem acontecer aquela lástima, aquele desastre que tinha sido cerceado o direito de defesa, e ele achava que a CPI tinha sido uma

forma de punição, no aspecto penal, porque se houve a situação, a denúncia era grave, não era uma denúncia simples, houve o desvio, estava nítido, então havia a situação de crime, e a responsabilidade deles era importante porque poderia tornar inelegível também para o próximo prefeito, ante as apresentações, então que eles fizessem aquilo com a maior responsabilidade possível, com a maior divulgação, dando ampla defesa e que eles não utilizassem aquilo como um balcão de negócio, para que eles punissem e ficasse aquele jogo, punindo em uma certa legislatura e absolvessem na outra, e que eles fizessem cumprir o papel deles, e que servisse de exemplo para os próximos administradores; a seguir, fez uso da palavra o senhor Adilson José Abracez, que mais uma vez cumprimentou a todos dizendo que até parecia na foto da Gazeta, o Presidente, ou Vice Presidente ou representante da empresa, entregando aquele papel, ele não ia falar que era um documento porque ele não tinha levado em consideração, porque aquilo não tinha característica nenhuma de proposta, porque ele tinha lá uma linha verde, no documento que estava em mãos, onde supunha que fosse a Zona atualmente, ou ZEEM, e aquela em azul, onde era a pretensão deles, então eles estavam pedindo uma redução, e a maneira com que eles falavam lá, diziam que era muito grande, que eles não precisavam de tudo aquilo, e eles tinham apresentado aquele azul, que era uma foto, mas ele poderia dizer mais ou menos para todos, porque ele conhecia a área e era topógrafo, então que de três milhões e quatrocentos mil, eles iam passar mais ou menos para um milhão e quinhentos mil, então estava muito grande e eles acharam que poderiam reduzir muito e não tinham reduzido nada, e a foto não era um documento, não tinha uma legenda, não tinha nada, e na verdade tinha sido uma encenação que aconteceu naquela Casa, do Executivo, da pedreira Basalto, então ele não tinha levado aquilo em consideração porque eles estavam convictos da proposta deles e que era de interesse máximo para a população, e que por aquele fato que ele não tinha apresentado, porque não era nenhum documento, era uma foto que tinha servido para aparecer em uma foto, e quanto a questão orçamentária, disse que o remanejamento orçamentário ele tinha como espírito principal, acudir o Prefeito, o Executivo, nas suas emergências, quando a dotação orçamentária de uma pasta se esgotava rapidamente e outra pasta ele tinha uma sobra de caixa, então, na questão emergencial, para que ele não tivesse que esperar burocraticamente para mandar para a Câmara aquele orçamento pedindo aumento de orçamento, ele fazia aquele remanejamento, então, aquele remanejamento não poderia ser considerado uma orçamentária, uma política de trabalho, ele era simplesmente uma questão de necessidade, de emergência, então ele acreditava que quarenta por cento não era

remanejamento, já era um apolítica de administração independente do Poder Executivo, ele não estava falando daquele, mas de todos os poderes executivos que usavam daquele atributo, e que o vinte por cento era o suficiente para que ele pudesse remanejar o orçamento, acudir as necessidades e mandar para aquela Casa de Leis, um novo remanejamento, um novo orçamento, ou qualquer coisa naquele sentido, e aquela Casa era composta por gente responsável que ia analisar, e tranquilamente ia aprovar e resolver, e não iria ter problema nenhum, então ele não via uma questão grandiosa naquele sentido; a seguir, tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que só queria esclarecer uma coisa e que, na verdade, as pessoas acabavam confundindo a Rita, Assistente Social e a Rita Vereadora; disse que a Rita, Assistente Social, participou, no final de dois mil e onze, da questão da habitação, por uma questão de estar na Secretaria de Assistência e uma exigência do Governo Federal em relação às casas que iriam ser entregues, agora, as oitocentas unidades, por questão do Cadastro Único, que era uma exigência Federal que todas as famílias tivessem o Cadastro Único, e por isso era que o processo acabou tendo que entrar a Assistência Social, mesmo sendo a Secretaria de Planejamento responsável pelo processo que iniciou em dois mil e nove, e acabava havendo uma mistura de que a Rita podia dar informação e podia justificar; disse que não, a Rita não podia; existia um programa federal, quando o Município decidiu, ele comprou esse pacote, e o pacote vinha com determinação e o que ela podia responder era aquilo que qualquer um deles ali, enquanto Vereador, podia responder; disse que a Rita, Assistente Social, respondia pelo chefe dela, que era o Secretário de Planejamento, hoje, que era o Flávio, e existia um Diretor de Habitação; pediu a todos, tanto aos nobres Pares, como ao público, que não fizessem essa mistura; disse que saiu um Decreto no jornal possibilitando às pessoas que se sentissem lesadas no processo, irem até o Shopping, entrarem com requerimento, e que isso foi estudado pelo Conselho da Habitação e que não era uma decisão dela, nem do Flávio, nem do Amauri, que era Diretor, foi do Conselho de Habitação para poder dar, dali para frente, uma maior clareza ao processo, e que não dava para ela responder; disse que pelo que o Prefeito anterior falou ou deixou de falar, isso era um problema dele e não dava para eles, hoje, assumirem qualquer responsabilidade, aí, se ele resolveu sortear duas mil pessoas ou não, aí era uma questão que foi uma conduta dele, se era certo ou errado, cabia a cada um julgar; pediu, por favor, que ela gostaria de pedir a colaboração dos nobres Pares e de outras pessoas, que ela estava à disposição, mas não para responder como Vereadora pela Habitação. Terminada a

Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezoito de junho de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

